



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Administrativa / Especialidade Contabilidade



Prova Cargo D04, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Novembro/2004

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Leis para indigentes morais

Acaba de chegar a Massachussets um grupo de adolescentes sudaneses que viajaram diretamente da Idade da Pedra, ou quase, para a América do século XXI. São cinco mil refugiados, que estão sendo distribuídos pelos EUA. Para muitos, a viagem de avião é a primeira experiência em um transporte motorizado.

Qual será o maior estranhamento para esses jovens? A neve e a calefação? Os celulares? A Internet? (...)

O susto virá da quantidade de leis formais detalhadas e explícitas que regram a vida americana, enquanto a vida da tribo era regada por poucas normas quase sempre implícitas – ou seja, pela confiança de todos numa moral comum tácita.

Nossas leis tornam-se cada vez mais detalhadas, pois há a idéia de que um código exaustivo garantiria o funcionamento de uma comunidade justa. De fato, essa proliferação revela a angústia de uma cultura insegura de suas opções morais. Por sermos indigentes morais, compilamos uma casuística da qual esperamos que diga exatamente o que fazer em cada circunstância. O dito legalismo da sociedade americana, tão freqüentemente denunciado, é apenas o sinal dessa indigência.

A tentativa de animar uma comunidade por uma lengalenga de leis testemunha a fraqueza do vínculo social. Não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada, por isso inventamos regras para ter, ao menos, muitas obrigações comuns.

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**. S. Paulo: **Publi-folha**, 2004, pp. 66/68)

1. Ao referir-se à migração de um contingente de jovens sudaneses para os EUA, o autor formula a hipótese de que deverá haver um choque cultural, provocado pela

- (A) precariedade do estágio técnico em que ainda se encontra a sociedade do Sudão.
- (B) dificuldade que têm os brancos americanos de conviverem com outras etnias.
- (C) excessiva informalidade do sistema jurídico norte-americano.
- (D) exagerada minuciosidade das normas jurídicas vigentes nos EUA.
- (E) fragilidade das regras que estão implícitas na vida social dos sudaneses.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. Não existiria a “indigência moral”, a que especificamente se refere o autor do texto, se houvesse a confiança dos cidadãos em princípios morais que fossem compartilhados.
- II. Nas sociedades ditas “primitivas”, como a sudanesa, há uma grande insegurança dos seus componentes quanto às normas e valores que devem reger a vida social.
- III. O autor considera que a proliferação de leis, tal como ocorre nos EUA, equivale a uma compilação casuística de normas, na qual se busca prever todas as circunstâncias.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) III, somente.

3. Depreende-se da leitura do último parágrafo do texto que

- (A) quanto mais detalhista e previdente se mostra um sistema jurídico, tanto mais fortes são os vínculos sociais.
- (B) a especificação das obrigações que temos uns com os outros não é inspirada por uma moral que efetivamente compartilhamos.
- (C) a fraqueza dos vínculos sociais é uma consequência direta do excesso de generalização das normas jurídicas.
- (D) os vínculos sociais, quando são fortes, dispensam os valores do que se costuma chamar uma *inspiração moral compartilhada*.
- (E) a expressão *lengalenga de leis* aplica-se aos casos em que as normas jurídicas pecam pelo excesso de generalização e pela imprevidência.

4. No contexto da frase *O dito legalismo da sociedade americana, tão freqüentemente denunciado, é apenas o sinal dessa indigência*, os termos sublinhados têm, respectivamente, o sentido de

- (A) assumido - indicado - pobreza.
- (B) chamado - acusado - penúria.
- (C) propalado - investivado - insolvência.
- (D) suposto - injuriado - precariedade.
- (E) confessado - exposto - impropriedade.

<p>5. <i>Por sermos indigentes morais, compilamos uma casuística (...).</i></p> <p>Está INCOERENTE com o texto a reconstrução da frase acima em:</p> <p>(A) A compilação de uma casuística vai de encontro à nossa indigência moral.</p> <p>(B) Compilamos uma casuística em virtude de nossa indigência moral.</p> <p>(C) É o fato de sermos uns indigentes morais que nos leva a compilar uma casuística.</p> <p>(D) A razão de compilarmos uma casuística está no fato de sermos indigentes morais.</p> <p>(E) A compilação de uma casuística decorre diretamente de nossa indigência moral.</p>	<p>8. Está inteiramente correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Tratam-se de cinco mil refugiados, cuja destinação tudo o que sabemos é que é a mais variada possível.</p> <p>(B) Todos podemos testemunhar de que é inútil tentar animar uma sociedade através de uma lengalenga de leis.</p> <p>(C) Não há uma inspiração moral a cujo compartilhamento nos faça ter confiança em um mínimo de princípios.</p> <p>(D) De uma tal compilação de casuísmos não se esperem bons resultados, pois ela está longe de valer como um conjunto de princípios autênticos.</p> <p>(E) O rigoroso detalhismo de nossas leis, de cujo muitos querem interpretar como um rigoroso legalismo, constitui, de fato, uma grande lengalenga.</p>
<p>6. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente respeitadas apenas na frase:</p> <p>(A) As excessivas particularidades das leis que regem a sociedade norte-americana deve-se à carência dos valores que realmente se pudesse compartilhar.</p> <p>(B) Ao chegar a Massachussets, oriundo do Sudão, o contingente de jovens foi distribuído pelas várias regiões a que desde há muito já estavam destinadas.</p> <p>(C) Prevê-se que aos jovens sudaneses assustará a proliferação das leis norte-americanas, uma vez que as do Sudão são, além de poucas, implícitas.</p> <p>(D) A propósito das leis norte-americanas, costumamos falar em formalismo e legalismo, quando melhor seríamos reconhecer-lhes a indigência moral a que correspondem.</p> <p>(E) Se é da confiança coletiva que decorrem, na vida social no Sudão, a força dos valores compartilhadas, é da fraqueza destas que nasce o formalismo das nossas leis.</p>	<p>9. Essa proliferação de leis revela a angústia de uma cultura insegura de suas opções morais.</p> <p>Caso se substitua, na frase acima, o termo <i>insegura</i> por</p> <p>(A) <i>insatisfeita</i>, deve seguir-se a expressão <i>às suas opções morais</i>.</p> <p>(B) <i>desorientada</i>, deve seguir-se a expressão <i>quanto a suas opções morais</i>.</p> <p>(C) <i>desatenta</i>, deve seguir-se a expressão <i>por suas opções morais</i>.</p> <p>(D) <i>carente</i>, deve seguir-se a expressão <i>de cujas opções morais</i>.</p> <p>(E) <i>desprovida</i>, deve seguir-se a expressão <i>mediante suas opções morais</i>.</p>
<p>7. Indica-se uma alteração da voz verbal do segmento sublinhado em:</p> <p>(A) Cinco mil refugiados <u>estão sendo distribuídos</u> pelos EUA = foram distribuídos.</p> <p>(B) Qual <u>será</u> o maior estranhamento para esses jovens? = terá sido.</p> <p>(C) O susto <u>virá</u> da quantidade de leis formais = deverá vir.</p> <p>(D) A vida da tribo <u>era regrada</u> = regravava-se.</p> <p>(E) É por isso que <u>inventamos</u> tantas regras = são inventadas.</p>	<p>10. Quanto à ortografia, está inteiramente correto o que se lê em:</p> <p>(A) Não terão sido <i>expatriados</i> esses cinco mil jovens sudaneses? Por vezes, a palavra <i>refugiados</i> é utilizada de maneira meio eufêmica.</p> <p>(B) Países do primeiro mundo acabam catalizando migrações em massa. Do ponto de vista da população local, essas levas de migrantes quase nunca são bem-vindas.</p> <p>(C) Nós não nos insurjimos contra esse despropositado aparato de leis porque não temos quaisquer convicções quanto aos nossos fundamentos morais.</p> <p>(D) <i>A lengalenga de leis</i>, em que se vão transformando nossos códigos, opõe-se à concisão das normas que vigem de modo implícito na sociedade sudanesa.</p> <p>(E) O autor do texto deplora nossos códigos casuísticos. Ele manifesta clara preferência pela primazia dos valores morais comuns, e não das obrigações regulamentadas.</p>

<p>11. Todas as formas verbais estão adequadamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Os jovens que proviram do Sudão assustar-se-ão com a quantidade de casuísmos a que deverão se submeter em sua nova experiência de vida.</p> <p>(B) Por vezes, uma comparação da nossa cultura com a de outros povos restitue-nos o desejo de uma sociedade em que nada obstrui o caminho natural da justiça.</p> <p>(C) Se viajar de avião já constitui, para essa leva de jovens, uma experiência assombrosa, imagine-se o assombro deles quando tiverem de entrar em contato com nossas leis.</p> <p>(D) Em suas tribos, os jovens sudaneses entretiam-se com as práticas da vida concreta, sem a preocupação de atentarem para intermináveis códigos de leis casuísticas.</p> <p>(E) Deveríamos agir segundo valores com os quais reouvéssemos o sentido do que é social, e não sob a pressão de códigos que advieram de uma progressiva indignância moral.</p>	<p>14. <i>Não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada, por isso inventamos regras.</i></p> <p>Caso se reconstrua o período acima, começando-se por <i>Inventamos regras</i>, uma possibilidade de complementação correta, coerente com o sentido original do período, será a frase:</p> <p>(A) desde que não possamos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p> <p>(B) pela razão de que não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p> <p>(C) por isso não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p> <p>(D) razão pela qual não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p> <p>(E) ainda que não possamos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p>
<p>12. Quanto ao uso, ou não, do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Acaba de chegar a América um grupo de sudaneses, à que se darão diferentes destinos, certamente à revelia desses jovens, que chegaram como refugiados.</p> <p>(B) O autor supõe que, tendo em vista à quantidade de leis às quais deverão obediência, os jovens refugiados passarão por poucas e boas, até a completa adaptação.</p> <p>(C) As normas da tribo, às quais faz o autor referência, são poucas e implícitas, visam à boa prática de valores consensuais, e não a uma mera catalogação de obrigações.</p> <p>(D) A angústia a que submeteremos esses jovens deve-se-á não apenas à essa quantidade de leis, mas sobretudo à maneira artificial pela qual pretendem aplicar-se à realidade.</p> <p>(E) Quando à cada nova obrigação miúda corresponder uma nova norma, não haverá como pôr termo a inchação dos códigos, à uma sempre crescente lengalenga de leis.</p>	<p>15. Há um excesso de leis, e quando <u>há leis</u> em excesso deve-se <u>reconhecer nessas leis</u> o vício da excessiva particularização, <u>excessiva particularização</u> que só revela a fragilidade dos princípios morais.</p> <p>Evitam-se as desagradáveis repetições do período acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) as há - reconhecer nelas - a qual.</p> <p>(B) há as mesmas - reconhecê-las - a qual.</p> <p>(C) há elas - reconhecer-lhes - cuja.</p> <p>(D) as há - reconhecer a elas - cuja.</p> <p>(E) há estas - reconhecê-las - onde.</p>
<p>13. Considere os seguintes períodos:</p> <p>I. Se sempre há quem julgue, a maior especificação dos códigos uma garantia de maior justiça, há também quem a ache ao contrário, um retrocesso, um caso de indignância moral.</p> <p>II. Acima de toda casuística, deve-se buscar um plano de valores comungáveis e autênticos, capazes de promover uma conduta social naturalmente justa, em vez de se prescrever um rosário sem fim de obrigações pessoais.</p> <p>III. Séculos atrás, Montaigne, num de seus ensaios, já narrava a perplexidade de alguns índios americanos, quando postos em contato com os sofisticados e artificiais procedimentos da aristocracia francesa.</p> <p>Quanto à pontuação, está inteiramente correto o que se lê em</p> <p>(A) I, II, III.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) II, somente.</p>	<p>16. Considerando os princípios constitucionais da administração pública, é INCORRETO que o princípio da</p> <p>(A) publicidade determina que os atos públicos devam ter divulgação oficial para que tenham eficácia.</p> <p>(B) legalidade relaciona-se com a idéia de que o administrador não pode agir, nem deixar de agir, senão de acordo com a lei e na forma determinada.</p> <p>(C) impessoalidade proíbe que conste nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor público na publicidade de atos, programas, obras e serviços.</p> <p>(D) eficiência exige que o serviço público seja eficaz e que atenda plenamente a necessidade para a qual foi criado.</p> <p>(E) moralidade relaciona-se com o binômio adequação e necessidade e determina que o serviço público seja prestado continuamente.</p>

17. Embora haja compatibilidade de horários, a Constituição da República Federativa do Brasil veda a acumulação remunerada de cargos públicos de

- (A) médico municipal com o de cientista de fundação pública estadual.
- (B) professor em universidade federal com o de juiz do trabalho.
- (C) médico em hospital municipal com o de médico estadual.
- (D) professor municipal com o de professor em Fundação Educacional Estadual.
- (E) professor em universidade federal com o de promotor de justiça estadual.

18. Tendo em vista o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, considere as proposições abaixo:

- I. O servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 2 (dois) períodos, a critério dele, sendo vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
- II. É cabível a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, desde que precedida de exame por médico ou junta médica oficial e o servidor poderá exercer atividade remunerada durante o período da licença.
- III. A ausência do servidor ao serviço é admitida, sem qualquer prejuízo, por 8 (oito) dias consecutivos em razão do casamento, por 2 (dois) dias para se alistar como eleitor e por 1 (um) dia, para doar sangue.
- IV. É cabível a concessão de horário especial ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, independentemente de compensação de horário.
- V. Ao servidor estudante será concedido horário especial, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e da repartição, mas será exigida a compensação de horário, respeitada a duração semanal do trabalho.

É correto o que se contém APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

19. A seguridade social do servidor visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações. Todavia, compreendem, exclusivamente, benefícios do servidor, dentre outros,

- (A) aposentadoria, pensão temporária, salário-família e auxílio-natalidade.
- (B) aposentadoria, salário-família, assistência à saúde, e auxílio-reclusão.
- (C) assistência à saúde, auxílio-funeral, licença por acidente do trabalho e licença para tratamento de saúde.
- (D) licença à adotante, licença-paternidade, assistência à saúde e pensão vitalícia.
- (E) assistência à saúde, aposentadoria, salário-família e auxílio-natalidade.

20. No que diz respeito às concessões e à contagem de tempo de serviço para o servidor público, considere:

- I. O servidor portador de deficiência terá horário especial quando comprovada a necessidade por atestado médico, não precisando cumprir compensação de horário e, quando se casar, poderá ausentar-se por 8 (oito) dias consecutivos do serviço, mas, para que esses dias sejam considerados como de efetivo exercício, deverá efetuar a compensação.
- II. O servidor estudante terá horário especial, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, mas será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade em que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho. A propósito, seus dias de afastamento, para desempenhar mandato de vereador serão considerados como de efetivo exercício, exceto para promoção por merecimento.
- III. É permitido ao servidor ausentar-se do serviço por 8 (oito) dias consecutivos, em razão de falecimento de irmão, e, esses dias deverão ser considerados como de efetivo exercício. Todavia, os dias decorrentes de afastamento para exercício de função de governo, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República, só serão considerados como de efetivo exercício se houver compensação.

É correto o que se contém APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

<p>21. No sistema orçamentário, o registro Débito – Previsão da Receita Crédito – Execução da Receita representa</p> <p>(A) arrecadação da receita. (B) estorno da receita. (C) previsão da receita. (D) lançamento da receita. (E) recolhimento da receita.</p>	<p>26. No sistema SIAFI as siglas ND, NE e NL, significam, respectivamente,</p> <p>(A) Nota de Despesa, Nota de Empenho e Nota de Liquidação. (B) Nota de Destaque, Nota Eletrônica e Nota de Lançamento. (C) Nota de Dotação, Nota de Empenho e Nota de Lançamento. (D) Nota de Despesa, Nota de Exclusão e Nota de Lançamento. (E) Nota de Dotação, Nota Eletrônica e Nota de Liquidação.</p>																		
<p>22. Nos termos da Lei nº 4.320/64, o tributo lançado e não arrecadado até 31 de dezembro será registrado no sistema</p> <p>(A) Orçamentário. (B) Financeiro. (C) Patrimonial. (D) Compensado. (E) Residual.</p>	<p>27. Todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento, serão classificadas como receitas</p> <p>(A) extra-orçamentárias. (B) extraordinárias. (C) a apropriar. (D) orçamentárias. (E) orçamentárias diferidas.</p>																		
<p><u>Instruções:</u> Para a resolução das questões de números 23 a 25, considere os dados abaixo.</p> <p>Na Demonstração das Variações Patrimoniais do TRT-X constam as seguintes operações no exercício de 2003:</p> <table border="0"> <tr><td>Receita Orçamentária.....</td><td>300</td></tr> <tr><td>Despesa Orçamentária.....</td><td>280</td></tr> <tr><td>Aquisição de Móveis.....</td><td>30</td></tr> <tr><td>Cobrança da Dívida Ativa.....</td><td>20</td></tr> <tr><td>Empréstimos Tomados.....</td><td>50</td></tr> <tr><td>Empréstimos Concedidos.....</td><td>80</td></tr> <tr><td>Alienação de móveis.....</td><td>20</td></tr> <tr><td>Inscrição da Dívida Ativa.....</td><td>40</td></tr> <tr><td>Cancelamento da Dívida Ativa.....</td><td>10</td></tr> </table> <p>23. O resultado da execução orçamentária é</p> <p>(A) 20 <i>superávit</i>. (B) 30 <i>déficit</i>. (C) 40 <i>superávit</i>. (D) 70 <i>déficit</i>. (E) 120 <i>superávit</i>.</p>	Receita Orçamentária.....	300	Despesa Orçamentária.....	280	Aquisição de Móveis.....	30	Cobrança da Dívida Ativa.....	20	Empréstimos Tomados.....	50	Empréstimos Concedidos.....	80	Alienação de móveis.....	20	Inscrição da Dívida Ativa.....	40	Cancelamento da Dívida Ativa.....	10	<p>28. A realização das despesas abaixo, quanto à classificação funcional programática:</p> <p>I. pagamento de sentenças judiciais; II. manutenção da sede do TRT; III. reforma e ampliação da sede do TRT;</p> <p>estão relacionadas, respectivamente, a</p> <p>(A) atividades, projetos e operações especiais. (B) projetos, atividades e operações especiais. (C) operações especiais, atividades e projetos. (D) atividades, operações especiais e projetos. (E) operações especiais, projetos e atividades.</p>
Receita Orçamentária.....	300																		
Despesa Orçamentária.....	280																		
Aquisição de Móveis.....	30																		
Cobrança da Dívida Ativa.....	20																		
Empréstimos Tomados.....	50																		
Empréstimos Concedidos.....	80																		
Alienação de móveis.....	20																		
Inscrição da Dívida Ativa.....	40																		
Cancelamento da Dívida Ativa.....	10																		
<p>24. O resultado patrimonial do exercício é</p> <p>(A) 20 <i>déficit</i>. (B) 30 <i>superávit</i>. (C) 40 <i>déficit</i>. (D) 70 <i>superávit</i>. (E) 100 <i>déficit</i>.</p>	<p><u>Instruções:</u> Para a resolução das questões de números 29 e 30, considere os dados abaixo.</p> <p>Após processos regulares de licitação em dezembro, o TRT-Y efetuou o empenho em nome do adjudicado para aquisição de material de consumo, que será entregue em janeiro de exercício seguinte.</p> <p>29. Essa despesa será</p> <p>(A) cancelada no final do exercício e reaberta no exercício seguinte. (B) reconhecida quando do consumo do material. (C) inscrita em Restos a Pagar processados. (D) inscrita em Restos a Pagar não processados. (E) inscrita em Dívida Ativa.</p>																		
<p>25. A Demonstração das Variações Patrimoniais totaliza</p> <p>(A) 400. (B) 410. (C) 430. (D) 440. (E) 450.</p>	<p>30. Essa operação movimentará</p> <p>(A) o Sistema Orçamentário, somente. (B) os Sistemas Orçamentário e Financeiro, somente. (C) o Sistema Financeiro, somente. (D) os Sistemas Orçamentário e Patrimonial, somente. (E) os Sistemas Orçamentário, Financeiro e Patrimonial.</p>																		

<p>31. Segundo o SIAFI, a Unidade Gestora,</p> <p>(A) é o órgão responsável pela gestão patrimonial da entidade.</p> <p>(B) possui orçamento para gerir o exercício financeiro, e tem, inclusive, a responsabilidade pela contabilização.</p> <p>(C) tem função similar à Unidade Administrativa, mas atua desvinculada do Orçamento.</p> <p>(D) tem a responsabilidade pela contabilização dos atos e fatos ocorridos na entidade.</p> <p>(E) é responsável pela elaboração dos relatórios gerenciais.</p>	<p><u>Instruções:</u> Para a resolução das questões de números 36 à 40, considere os resultados obtidos, decorrentes das operações abaixo, de uma entidade pública, a partir dos saldos iniciais indicados a seguir.</p> <p>I. Bancos 50; Restos a Pagar 110; Devedores Diversos 80; Depósitos 30; Débitos de Tesouraria 70; Autarquias Devedoras 30 e Saldo Patrimonial 50.</p> <p>II. O orçamento aprovado e operações do exercício</p> <table border="0"> <tr> <td>Receita Prevista</td> <td>1.000</td> </tr> <tr> <td>Despesa Fixada</td> <td>1.000</td> </tr> </table> <p>III. Os créditos adicionais abertos:</p> <table border="0"> <tr> <td>a) Crédito Suplementar com excesso de arrecadação</td> <td>80</td> </tr> <tr> <td>b) Crédito Especial com anulação de dotação</td> <td>150</td> </tr> </table> <p>IV. Receitas Orçamentárias arrecadadas 1.050</p>	Receita Prevista	1.000	Despesa Fixada	1.000	a) Crédito Suplementar com excesso de arrecadação	80	b) Crédito Especial com anulação de dotação	150																		
Receita Prevista	1.000																										
Despesa Fixada	1.000																										
a) Crédito Suplementar com excesso de arrecadação	80																										
b) Crédito Especial com anulação de dotação	150																										
<p>32. A caução recebida em títulos públicos para garantia de execução de um serviço será registrada no sistema</p> <p>(A) Orçamentário.</p> <p>(B) Financeiro.</p> <p>(C) Patrimonial.</p> <p>(D) de compensação.</p> <p>(E) de Custódia de Caução.</p>	<p>V. As despesas orçamentárias ocorreram por meio de:</p> <table border="0"> <tr> <td>a) Créditos Orçamentários e Suplementares</td> <td>800</td> </tr> <tr> <td>b) Créditos Especiais</td> <td>120</td> </tr> </table> <p>VI. No Balanço Financeiro consta:</p> <table border="0"> <tr> <td colspan="2">a) Como receitas extra-orçamentárias:</td> </tr> <tr> <td>Restos a Pagar (contrapartida orçamentária)</td> <td>130</td> </tr> <tr> <td>Restos a Pagar (contrapartida crédito Especial)</td> <td>80</td> </tr> <tr> <td>Depósitos</td> <td>180</td> </tr> <tr> <td>Débitos de Tesouraria</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>Autarquias Devedoras</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td colspan="2">b) Como despesas extra-orçamentárias:</td> </tr> <tr> <td>Restos a Pagar</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>Depósitos</td> <td>150</td> </tr> <tr> <td>Débitos de Tesouraria</td> <td>90</td> </tr> <tr> <td>Autarquias Devedoras</td> <td>50</td> </tr> </table>	a) Créditos Orçamentários e Suplementares	800	b) Créditos Especiais	120	a) Como receitas extra-orçamentárias:		Restos a Pagar (contrapartida orçamentária)	130	Restos a Pagar (contrapartida crédito Especial)	80	Depósitos	180	Débitos de Tesouraria	100	Autarquias Devedoras	20	b) Como despesas extra-orçamentárias:		Restos a Pagar	100	Depósitos	150	Débitos de Tesouraria	90	Autarquias Devedoras	50
a) Créditos Orçamentários e Suplementares	800																										
b) Créditos Especiais	120																										
a) Como receitas extra-orçamentárias:																											
Restos a Pagar (contrapartida orçamentária)	130																										
Restos a Pagar (contrapartida crédito Especial)	80																										
Depósitos	180																										
Débitos de Tesouraria	100																										
Autarquias Devedoras	20																										
b) Como despesas extra-orçamentárias:																											
Restos a Pagar	100																										
Depósitos	150																										
Débitos de Tesouraria	90																										
Autarquias Devedoras	50																										
<p>33. A caução recebida em títulos públicos para garantia será registrada na conta Valores:</p> <p>(A) em Poder de Terceiros.</p> <p>(B) de Terceiros.</p> <p>(C) Nominais Emitidos.</p> <p>(D) Diversos Ativos.</p> <p>(E) Diversos Passivos.</p>	<p>36. O resultado da execução orçamentária é</p> <p>(A) <i>déficit</i> de 80.</p> <p>(B) <i>superávit</i> de 50.</p> <p>(C) <i>déficit</i> de 90.</p> <p>(D) <i>superávit</i> de 130.</p> <p>(E) <i>superávit</i> de 250.</p>																										
<p>34. Nos termos da Lei nº 4.320/64, "pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas", trata-se, conforme o princípio de contabilidade, do regime de Caixa. Entretanto, a mesma lei determina que alguns débitos extra-caixa também deverão ser considerados como receita do exercício. Isso ocorre com</p> <p>(A) o cancelamento de resíduos passivos.</p> <p>(B) o cancelamento de resíduos ativos.</p> <p>(C) a inscrição da Dívida Ativa.</p> <p>(D) o cancelamento da Dívida Ativa.</p> <p>(E) o cancelamento da Dívida fundada.</p>	<p>37. O saldo da conta bancos é</p> <p>(A) 50.</p> <p>(B) 150.</p> <p>(C) 230.</p> <p>(D) 270.</p> <p>(E) 300.</p>																										
<p>35. O cancelamento de Restos a Pagar (obrigações) poderá ser restabelecido por meio</p> <p>(A) da execução extra-orçamentária.</p> <p>(B) das variações passivas independentes da execução orçamentária.</p> <p>(C) da simples reinscrição da dívida.</p> <p>(D) da execução orçamentária.</p> <p>(E) da compensação da dívida.</p>	<p>38. O saldo de Restos a Pagar é</p> <p>(A) 110.</p> <p>(B) 210.</p> <p>(C) 220.</p> <p>(D) 230.</p> <p>(E) 320.</p>																										

<p>39. O resultado da Previsão Orçamentária é</p> <p>(A) <i>déficit</i> 80. (B) <i>déficit</i> 130. (C) <i>déficit</i> 230. (D) <i>superávit</i> 70. (E) <i>déficit</i> 150.</p>	<p>45. A elaboração da proposta orçamentária pública, segundo a Constituição Federal de 1988, é de competência privativa do chefe do</p> <p>(A) Ministério da Fazenda. (B) Poder Legislativo. (C) Poder Judiciário. (D) Ministério do Planejamento. (E) Poder Executivo.</p>
<p>40. O resultado financeiro do Balanço Patrimonial foi</p> <p>(A) <i>déficit</i> de 50. (B) <i>superávit</i> de 50. (C) <i>déficit</i> de 70. (D) <i>superávit</i> de 70. (E) <i>superávit</i> de 80.</p>	<p>46. Ao reconhecer a despesa pública pela incorrência e a receita pela arrecadação, elege-se, na administração pública, o regime orçamentário público</p> <p>(A) de Caixa. (B) da Competência. (C) Misto. (D) do valor original. (E) da Prudência.</p>
<p>41. A identificação de cada receita e despesa pública, de forma que não figurem globalizadas no orçamento, obedece ao princípio orçamentário da</p> <p>(A) Especialização. (B) Unidade. (C) Universalidade. (D) Anualidade. (E) Exclusividade.</p>	<p>47. Os planos e orçamentos públicos previstos na legislação brasileira vigente são:</p> <p>(A) plano mestre da produção, das necessidades de capacidade e de materiais. (B) diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais e plano plurianual. (C) plano estratégico, plano tático, orçamento mestre e orçamento operacional. (D) orçamento estático, participativo e hierárquico. (E) orçamento fiscal, de investimentos privados e da seguridade social.</p>
<p>42. A elaboração e a autorização do orçamento público, a ser executado em período determinado de tempo, obedece ao princípio orçamentário</p> <p>(A) da Não-afetação. (B) da Exclusividade. (C) da Anualidade. (D) do Equilíbrio. (E) da Publicidade.</p>	<p>48. Despesas realizadas pela administração federal, com manutenção de uma estrada federal, segundo a classificação funcional-programática, devem enquadrar-se como</p> <p>(A) atividade. (B) projeto. (C) material permanente. (D) serviços de terceiros. (E) material de consumo.</p>
<p>43. O orçamento deve conter todas as receitas e despesas. Esta regra obedece ao princípio orçamentário</p> <p>(A) da Anualidade. (B) do Orçamento bruto. (C) do Equilíbrio. (D) da Não-afetação. (E) da Universalidade.</p>	<p>49. No orçamento público da entidade executora da despesa, dotações para a manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive para atender obras de conservação e adaptação de bens imóveis, classificam-se como</p> <p>(A) despesas de capital. (B) despesas de custeio. (C) inversões financeiras. (D) investimentos. (E) transferências correntes.</p>
<p>44. “Um plano de trabalho expresso por um conjunto de ação a realizar e pela identificação dos recursos necessários à sua execução, na viabilização de seus projetos, atividades e operações especiais.” Esta diretriz conceitua o orçamento público</p> <p>(A) tradicional. (B) programa. (C) flexível. (D) fixo. (E) estático.</p>	<p>50. A classificação da despesa pública que compreende os órgãos setoriais e suas respectivas unidades orçamentárias é a</p> <p>(A) institucional. (B) funcional-programática. (C) programática. (D) funcional. (E) econômica.</p>

<p>51. Na classificação programática da despesa pública, o conjunto de despesas de gestão que colabora com outros programas mas não pode ser apropriado nesses programas, classifica-se como</p> <p>(A) de gestão das políticas públicas.</p> <p>(B) de apoio administrativo.</p> <p>(C) de apoio à decisão.</p> <p>(D) de serviços aos Estados.</p> <p>(E) finalísticos.</p>	<p>56. Autorizações de despesas públicas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei do orçamento, destinadas a atender calamidade pública, são créditos adicionais</p> <p>(A) suplementares.</p> <p>(B) reforço de dotações orçamentárias.</p> <p>(C) extraordinários.</p> <p>(D) especiais.</p> <p>(E) extra-orçamentários.</p>
<p>52. O ato de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento de despesa pública independente de implementação é</p> <p>(A) a Fixação.</p> <p>(B) a Liquidação.</p> <p>(C) o Pagamento.</p> <p>(D) o Suprimento de Fundos.</p> <p>(E) o Empenho.</p>	<p>57. Entre os recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, a administração pública poderá contar com</p> <p>(A) <i>superávit</i> financeiro previsto no orçamento.</p> <p>(B) resultado de exercícios futuros.</p> <p>(C) crédito direto ao consumidor.</p> <p>(D) excesso de arrecadação.</p> <p>(E) dívida fundada.</p>
<p>53. A obrigação de pagamento de compromissos anteriormente criados, e reconhecidos após o encerramento do exercício da entidade pública, segundo a legislação vigente, inclui-se como</p> <p>(A) despesas de exercícios anteriores.</p> <p>(B) reforços orçamentários.</p> <p>(C) créditos especiais.</p> <p>(D) créditos suplementares.</p> <p>(E) ajustes de exercícios anteriores.</p>	<p>58. Na administração pública, a conformidade diária e contábil são procedimentos de controle</p> <p>(A) concomitante.</p> <p>(B) subsequente.</p> <p>(C) prévio.</p> <p>(D) posterior.</p> <p>(E) independente.</p>
<p>54. Despesas empenhadas, com prestação de serviço ou de entrega de material, no encerramento do exercício, devem ser consideradas</p> <p>(A) restos a receber.</p> <p>(B) restos a pagar não processados.</p> <p>(C) empenhos anulados.</p> <p>(D) estorno da obrigação.</p> <p>(E) restos a pagar processados.</p>	<p>59. A certificação da regularidade das contas, a verificação da execução de contratos, convênios, acordos, a proibidade na aplicação dos dinheiros públicos, a guarda e a administração de valores e bens do Estado consistem no controle subsequente, que caracteriza a auditoria</p> <p>(A) especial.</p> <p>(B) de gestão.</p> <p>(C) contábil.</p> <p>(D) de sistemas.</p> <p>(E) operacional.</p>
<p>55. A entrega ao credor de recursos equivalentes à dívida líquida, mediante ordem bancária, corresponde ao estágio da despesa pública denominado</p> <p>(A) empenho.</p> <p>(B) anulação de empenho.</p> <p>(C) liquidação.</p> <p>(D) pagamento.</p> <p>(E) suprimento de fundos.</p>	<p>60. O processo organizado pelo agente responsável ou pelos órgãos de contabilidade analítica das entidades da administração indireta, relativo aos atos de gestão de seus dirigentes, consiste no controle denominado</p> <p>(A) auditoria contábil.</p> <p>(B) auditoria de gestão.</p> <p>(C) prestação de contas.</p> <p>(D) tomada de contas.</p> <p>(E) tomada de contas especiais.</p>